



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA ESTADUAL**

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO XX/2024

**TERMO DE CONTRATO Nº XX/2024 DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TELECOMUNICAÇÕES QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL –
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO
ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA
XXXXXXXXXX.**

A União, por intermédio do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL – PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, com sede na Rua Domingos Marreiros, 690 – Umarizal, Belém – PA, 66055-215, inscrita no **CNPJ sob o nº 26.989.715/0019-31**, neste ato representado pelo **SECRETÁRIO ESTADUAL DA PR/PA – Senhor RENATO TABOSA KOCH COUTINHO**, nomeado pela **PORTARIA Nº 171, DE 30 DE MAIO DE 2022**, publicada no Diário Oficial da União em 1º/06/2022, Edição 103, Seção 2, Página 92, portador da matrícula funcional sob número: 22510, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediada à **ENDEREÇO**, doravante designado **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) **NOME E QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE**, tendo em vista o que consta no processo nº **1.23.000.00XXXX/2024-YY** e em observância às disposições da **LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021**, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente TERMO DE CONTRATO, decorrente do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços **XX/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação dos serviços contínuos de telecomunicações por meio de link de acesso à internet via constelação de

satélites em órbita baixa (LEO), com fornecimento de equipamentos e instalação, para uso em **carros e lanchas** de Unidades do **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, tendo como órgão gerenciador a **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, e como **ÓRGÃOS PARTICÍPES** as **PROCURADORIAS DA REPÚBLICA NOS ESTADOS DO AMAZONAS, AMAPÁ, RONDÔNIA, RORAIMA, MARANHÃO E ACRE**, conforme condições e exigências estabelecidas no edital, no termo de referência e na proposta vencedora do processo licitatório correspondente.

1.2. Descrição, quantidade e preço dos itens do objeto:

GRUPO 1						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	Quant. (A)	Valor Unitário em R\$ (B)	Valor mensal em R\$ (A x B) (C)	Valor total em 24 meses em R\$ (C x 24) (D)
1	26565	Internet Banda Larga via Satélite em órbita baixa (LEO) Corporativo, com dados prioritários de 50 GB (plano mobilidade terrestre), com fornecimento de equipamentos.	31	XXXXXX	XXXXXX	XXXXXXX
2	26166	*Serviço de Instalação Inicial	31	XXXXXX	XXXXXX	
VALOR TOTAL EM 24 MESES EM R\$						XXXXXXX

*** O Serviço de instalação inicial será pago uma única vez.**

1.3. Vinculam-se a este instrumento independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação e seus eventuais anexos;

1.3.2. O Edital da Licitação correspondente e seus eventuais anexos;

1.3.3. A Proposta da CONTRATADA e seus eventuais anexos.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns e contínuos, pois possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado e são decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas para manutenção da atividade administrativa do órgão.

1.5. A instalação será realizada nas seguintes localidades e endereços:

1.5.1. Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ – PR/PA**, situada na Rua Domingos Marreiros, 690 – Bairro do Umarizal - CEP 66-055-215 – Belém/PA – Telefone: (91) 3299-0111;

1.5.2. Sede da **PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ALTAMIRA/PA**, situada na Av. Tancredo Neves, nº 3256 – Bairro Jardim Independente II - Altamira/PA - CEP: 68.372-222, Telefone: (93) 3515-2526;

1.5.3. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE MARABÁ/PA, situada na Rodovia Transamazônica, nº 1076 - Bairro Amapá – Marabá/PA - CEP 68.502-700 - Telefone: (94) 3312-1500;

1.5.4. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM/PA, situada na Av. Marechal Castelo Branco, nº 915 – Interventoria - Santarém/PA – CEP: 68.908-198. Telefones: (93) 3512-0800 / 3512-0848 / 3512-0846 / 3512-0855;

1.5.5. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS - PR/AM, situada na Av. André Araújo, 358 Adrianópolis – Manaus/AM - CEP 69057-025, Telefone (92) 2129-4700;

1.5.6. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE TABATINGA/AM, situada na Avenida da Amizade, 33 - Brilhante - Sede da Subseção Judiciária - Tabatinga/AM - CEP 69640-000 - Telefone: (97) 3412-2209;

1.5.7. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ - PR/AP, situada na Avenida Ernestino Borges, 535 Centro – Macapá/AP, CEP 68908-198, Telefone (96) 3213 7800;

1.5.8. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA - PR/RO, situada na Rua José Camacho, 3307, Bairro Embratel - CEP 76820-886, Telefone (69) 3216-0500;

1.5.9. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO, situada na Av. Clóvis Arraes, 1415 - Bairro Centro, Ji-Paraná - RO, CEP: 76900-045 - Telefone: (69) 3111-2400;

1.5.10. Escritório de Representação do MPF em RONDÔNIA/RO, situado na Av. Brg. Eduardo Gomes, 1196 - Alto Alegre, Vilhena - RO, CEP: 76980-000 - 000, Telefone: (69) 32160540;

1.5.11. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RORAIMA - PR/RR, situada na Rua General Penha Brasil, nº 1255 São Francisco - Boa Vista/RR CEP 69305-130, Telefone: (95) 3198-2000;

1.5.12. PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO – PR/MA, situada na Av. Senador Vitorino Freire, 52 - Areinha - São Luís/MA CEP 65030-015, Telefone: (98) 3213-7100;

1.5.13. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE CAXIAS/MA, situada na Avenida Norte-Sul, Lote 003 - Cidade Judiciária/Campo de Belém - Caxias/MA - CEP: 65609-005, Telefone: (99) 98477-6878;

1.5.14. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE IMPERATRIZ/MA, situada na Av. Tapajós, S/N - Anexo 1 - Parque das Nações, Imperatriz - MA - CEP: 65912-900, Telefone: (99) 3529-7310 ; e

1.5.15. Sede da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE - PR/AC, situada na **Alameda Ministro Miguel Ferrante, 340 - Portal da Amazônia – Rio Branco/Ac - CEP 69915-632, Telefone: (68) 3214-1400.**

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO:

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos iniciando-se em xx/xxxxxx/xxxx e encerrando-se em xx/xxxxxx/xxxx, prorrogável até o limite máximo de 10 (dez) anos, na forma dos Arts. 106 e 107 da LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a CONTRATADA.

2.3. O CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADA tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS:

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de instalação de equipamentos, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência que embasou a contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO:

5.1. O valor da instalação em 4 (quatro) carros e 4 (quatro) lanchas, pelo valor de R\$ XXXXXX (xxxxxxxx), será pago uma única vez durante a vigência do contrato.

5.2. O valor mensal dos serviços prestados será de R\$ xxxxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total/global de R\$......(.....), considerando-se a instalação mais as parcelas mensais no período de 24 (vinte e quatro) meses de vigência do contrato.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, materiais e equipamentos necessários para a instalação nos veículos, incluindo-se cabos, conectores, adaptadores, módulos, suportes, acessórios, inversores de tensão e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/prestados, bem assim da

existência de glosa e/ou desconto, em razão de descumprimento contratual mediante redução a termo de Instrumento de Medição de Resultado – IMR e/ou Acordo de Nível de Serviço – ANS.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO:

6.1. A forma, o prazo e demais condições para o pagamento à CONTRATADA encontram-se definidos no Termo de Referência que embasou a contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE DOS PREÇOS CONTRATADAS:

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em XX.XX.XXXX (data em que a pesquisa para estimativa de preços foi realizada, conforme DOCUMENTO DE PROTOOLO PR-PA-XXXXXXXXXX/2024).

7.2. Após o interregno de um ano da data do orçamento estimado, mencionado no item 7.1 acima, ou seja, a partir de XX.XX.XXXX, independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, produzido e divulgado pelo IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^o) / I^o, \text{ onde:}$$

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I^o = índice inicial – refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes contratados.

7.9. O reajuste será formalizado por apostilamento.

7.10. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes. Do mesmo modo, a contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras, que poderá ser iniciada a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, como poderá ser mantida a contagem originária.

7.11. A extinção do contrato não configurará óbice para a repactuação, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

8.1. São obrigações da CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência que embasou a contratação;

8.1.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.5. Comunicar a CONTRATADA para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo de Contrato e no Termo de Referência que embasou a contratação;

8.1.7. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste termo de Contrato;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. As decisões sobre as solicitações e as reclamações relacionadas à execução dos contratos e os indeferimentos aos requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato serão efetuados no prazo de um mês, contado da data do protocolo do requerimento (Art. 28, caput, do [**DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022**](#)).

8.1.8.2. O prazo de que trata o subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que motivado (§ 1º do Art. 28 do [**DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022**](#));

8.1.8.3. As decisões de que trata o subitem 8.1.8.1 serão tomadas pelo fiscal do contrato, pelo gestor do contrato ou pela autoridade superior, nos limites de suas competências (§ 2º do Art. 28 do [DECRETO Nº 11.246, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022](#)).

8.1.9. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Indicar preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo Órgão, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo(a) fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por ele(a)s solicitado(s);

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem avarias, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos, ou da garantia, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do serviço.

9.7. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.8. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.9. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.10. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.11. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 124, inciso II, alínea “d” da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#);

9.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;

9.16. Assegurar aos seus empregados ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.17. Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto do contrato;

9.18. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.19. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.20. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.21. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS - LGPD (Controlador x Controlador):

10.1. As PARTES possuem autonomia para decidir, de modo independente uma da outra, sobre as operações de tratamento de dados pessoais que realizarem em decorrência deste Contrato, se comprometendo a cumprir a legislação de proteção de dados pessoais, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira (LGPD - Lei Federal nº 13.709/2018), o Marco Civil da Internet (Lei Federal nº 12.965/14) e demais regulamentos emitidos pelas autoridades competentes.

10.2. Nas operações de tratamento de dados pessoais realizadas por força deste contrato, as PARTES se obrigam a:

- (a) Realizar o tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, conforme os princípios e amparadas em uma das bases legais previstas na LGPD;
- (b) Adotar medidas técnicas e administrativas adequadas de segurança que garantam a inviolabilidade, a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade dos dados pessoais;
- (c) Manter os registros das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;
- (d) Facultar acesso a dados pessoais somente em casos estritamente necessários e para pessoal autorizado e que tenha assumido compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados;
- (e) Prestar auxílio à outra parte no atendimento de obrigações perante titulares de dados pessoais, autoridades competentes ou quaisquer outros legítimos interessados;
- (f) Comunicar à outra parte, de maneira formal e imediata, a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a titular de dados pessoais;
- (g) Não transferir e/ou compartilhar com terceiros os dados pessoais recebidos em razão da presente relação contratual, sem prévia autorização da outra parte, exceto para fins de cumprimento de obrigações legais às quais está submetida;
- (h) Registrar as atividades que envolvam transferência internacional de dados pessoais, indicando o país ou organização de destino e adotando as garantias necessárias para que a transferência seja realizada de acordo com a legislação de proteção de dados pessoais e as orientações da autoridade competente;

10.3. As PARTES podem solicitar, a qualquer tempo, informações a respeito das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em decorrência deste termo de contrato, respeitando-se o sigilo empresarial e as demais proteções legais.

10.4. Cada PARTE responderá, de forma independente, por eventuais danos causados a titulares de dados pessoais, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais em violação à legislação de proteção de dados pessoais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO:

11.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão do baixo valor e complexidade da contratação.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como na PORTARIA PGR/MPU Nº 178, DE 13 DE SETEMBRO DE 2023 a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

12.2.1. Advertência, quando à CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do **subitem 12.1**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

12.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b” até “h” do **subitem 12.1**, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.2.4. Multa:

12.2.4.1. Moratória, nos termos do Art. 162 da Lei nº 14.133/2021, quando:

a) ensejar o retardamento da execução do serviço contratado, de forma injustificada, correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor da fatura correspondente ao período que tenha ocorrido a mora, que incidirá até o prazo para a configuração da inexecução contratual, **previsto no item 12.2.4.2;**

b) ocorrer atraso na apresentação da garantia, quando esta for exigida, no percentual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor do Contrato, até o máximo de 7,5% (sete vírgula cinco por cento). O atraso superior a 15 (quinze) dias será considerado inexecução parcial do contrato e autorizará o CONTRATANTE a promover a sua rescisão;

c) ocorrer atraso no cumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais, no percentual 0,5% do valor da fatura correspondente, ou de 1% do valor do contrato quando a cláusula for de obrigação acessória de valor inestimável, por dia de atraso, até o **décimo quinto dia de mora;**

12.2.4.2. Multa Sancionatória após o **décimo quinto dia de mora** de qualquer obrigação contratual, quando haverá a inexecução do contrato, que poderá configurar as infrações das alíneas "a", "b" e "c" do subitem 12.1 e para as quais serão aplicadas as seguintes multas sancionatórias, com os referidos percentuais incidentes sobre o valor do contrato:

a) multa de 15% no caso da alínea "a" do subitem 12.1;

b) multa de 20% no caso da alínea "b" do subitem 12.1

c) multa de 30% no caso da alínea "c" do subitem 12.1.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. Além das hipóteses do **subitem 12.2.4.2**, poderá ser imposta multa sancionatória de forma cumulada com todas as sanções previstas neste termo de Contrato, na forma do art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021, que serão arbitradas na forma do **subitem 12.6**.

12.4.1. Antes da aplicação da multa **será facultada a defesa** do interessado no **prazo de 15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no **prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados os critérios, circunstâncias e procedimentos para a dosimetria previstos na Portaria PGR/MPU nº 178, de 13/09/2023 e no art.156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei nº 14.133, de 2021 e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013.

12.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos previstos no art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021, e de acordo com a Portaria PGR/MPU nº 69, de 28 de abril de 2023, que regulamenta, no âmbito do Ministério Público da União, a Lei nº 12.846, de 2013).

12.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

12.11. Os débitos da CONTRATADA para com a CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus à CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 e da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES:

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do exercício de 2024, na dotação abaixo discriminada:

15.1.1. Gestão/Unidade: **00001/200075**

15.1.2. Fonte de Recursos: **010000000000**

15.1.3. Programa de Trabalho: **03062003142640001 – DEFESA DO INTERESSE PUBLICO NO PROCES – NACIONAL**

15.1.4. Elementos de Despesa: **3.3.90.37 / 3.3.90.39**

15.1.5. Plano Interno: **MBASIC**

15.1.6. Nota de Empenho: **2024NE0000000**

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária Anual respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS:

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente,

segundo as disposições contidas na [LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990](#) – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO:

17.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no [Portal Nacional de Contratações Públicas \(PNCP\)](#), na forma prevista no Art. 94 da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na *internet*, em atenção ao Art. 91, caput, da [LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021](#), e ao Art. 8º, §2º da [LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011](#), c/c o art. 7º, §3º, inciso V, do [DECRETO Nº 7.724, DE 16 DE MAIO DE 2012](#).

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Belém, Seção Judiciária do Pará para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

Belém/PA, data da assinatura digital.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDENADOR DA DESPESA

Representante da CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA CONTRATADA.

Representante da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Matrícula XXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Matrícula XXXXXXXX